

O PENETRA



Jornal trimestral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Bagé, com base em Aceguá, Candiota e Hulha Negra | JUNHO 2016 | ANO 33 - Nº 154

Seminários apresentam dados sobre situação do trabalhador de engenhos

Nova força-tarefa será efetuada pelo Ministério Público do Trabalho após apresentação do DIGA

Fotos: Divulgação



Apresentação do DIGA em Alegrete mobilizou trabalhadores



Cabral destacou preocupação com mortes e lesões na região de Bagé



Representantes do STIA Bagé no seminário em Alegrete



Procurador do MPT Ricardo Garcia enfatizou necessidade de formação de força-tarefa para fiscalizar engenhos

Representantes de sindicatos de trabalhadores nas indústrias de alimentação de seis municípios, além de integrantes do Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho participaram em abril na cidade de Pelotas do Seminário sobre Saúde do Trabalhador nas Arrozais. O evento contou também com a presença do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Arthur Bueno de Camargo.

Na oportunidade foram apresentados os primeiros resultados do Diagnóstico Integrado de Gestão da Saúde dos Trabalhadores dos Engenhos de Arroz- DIGA, pesquisa realizada no começo de 2016 em engenhos de arroz de Bagé, Alegrete, São Gabriel, Camaquã, Pelotas e Dom Pedrito. Entre os encaminhamentos do Seminário está a realização de uma força-tarefa para verificação pelo MTPS e MPT sobre as condições de trabalho nas arrozais.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Bagé e Região, Luiz Carlos Cabral, foi um dos debatedores do evento. Cabral ressaltou a preocupação na região de Bagé quanto a lesões e mortes em engenhos - foram ao menos dois óbitos em 2015 e, até o fechamento desta edição de O Penetra, duas mortes em 2016 - e isto é muito grave. "O seminário é importante para discutirmos propostas visando à discussão sobre a saúde do trabalhador de engenhos para diminuir o número de acidentes de trabalho através da formação de políticas públicas voltadas à prevenção", ressaltou Cabral.

Além do presidente, representaram o STIA Bagé, o procurador jurídico do sindicato, Alvaro Meira, e os diretores Danilo Eduardo Lima, Luiz Ariovaldo Correa Bandeira, Eduardo Abs da Cruz Netto Costa e Nei Freitas dos Santos

Nova força-tarefa

O presidente da CNTA enfatizou a importância do estudo sobre as condições de saúde dos trabalhadores de engenhos. Arthur Bueno de Camargo frisou que o seminário é o início de uma nova força-tarefa para combater acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no setor. "Os acidentes de trabalho causam prejuízos ao trabalhador, ao empresário e também à sociedade. Acidentes são causados por falhas, sejam elas mecânicas ou porque faltam políticas de prevenção dentro das empresas", salienta.

Camargo reforça a importância da atuação do MPT e MTPS com a união de esforços para dar uma resposta à sociedade sobre os problemas existentes e denunciados pelos sindicatos. O presidente da CNTA reitera que pretende levar o modelo de trabalho da força-tarefa realizada no estado para o resto do país. "Os dados são fundamentais, ainda mais levando-se em conta que 70% da produção de arroz no Brasil é no Rio Grande do Sul", complementa.

Realidade

O sociólogo Paulo Albuquerque, coordenador do DIGA, apresentou as primeiras etapas do trabalho. O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresentou informações do DIGA obtidas junto a cerca de 420 trabalhadores. As maiores reclamações dos empregados em engenhos são poeira (91%), barulho (90%), quedas ou batidas (76,7%), temperatura alta (75%) e risco com produtos químicos/agrotóxicos (46%).

As entrevistas foram feitas em empresas de pequeno, médio e grande porte. A pesquisa apontou que 58% dos entrevistados operam equipamento perigoso e 33% não fizeram treinamento para máquinas empacotadoras / caracol / elevador / empilhadeiras. 72% dos que afirmam usar equipamentos perigosos

disseram que não fazem rodízio de função. A troca, quando acontece, é feita uma vez por quinzena, em média. Os resultados indicaram, ainda, os acidentes: cortes (32%), amputações (10%), quedas (20%), esmagamento de membros (8%) e acidentes com máquinas (16%). Ao todo, 37% dos participantes já presenciaram algum tipo de acidente do trabalho.

Outros dados apresentados por Albuquerque: a maior parte dos trabalhadores de engenhos são homens (93,3%). São 52,5% de trabalhadores com mais de cinco anos de empresa e 50,9% realizam, em média, mais de duas horas extras por dia. Os principais problemas de saúde são hérnia de disco (60%), problemas de coluna (30%) e as lesões por esforço repetitivo - distúrbios ortomoleculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), com 15%.

Transferência de Aceguá e Hulha Negra

Os seminários tiveram debates entre representantes do MTPS, MPT, com a mediação do coordenador da Sala de Apoio da CNTA-Sul, Darci Rocha, e a plateia. Os assuntos versaram sobre fiscalização, aspectos legais, realidades dentro dos municípios, as denúncias e verificação por parte do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, além da própria realização do DIGA.

Um dado desconhecido para a maior parte da população foi apresentado pelo auditor fiscal do Trabalho em Pelotas Márcio Campos. Os municípios de Aceguá e Hulha Negra deixaram de integrar a área de abrangência da Subdelegacia Regional do Trabalho com sede em Bagé e passaram a integrar a regional de Pelotas. Outro ponto questionado pelos sindicalistas foi a falta de auditores fiscais do Trabalho para verificação de denúncias. Na área de Bagé, atualmente, são apenas dois profissionais para

atender diversos municípios."

Alegrete

Em 19 de maio, na cidade de Alegrete, o segundo encontro levou à conclusão já apresentada em Pelotas, com a confirmação de uma força-tarefa multidisciplinar coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O objetivo é o de corrigir irregularidades trabalhistas envolvendo a saúde e a segurança dos trabalhadores. As ações nos engenhos de arroz deverão funcionar nos mesmos moldes da força-tarefa dos frigoríficos, também organizada pelo MPT. O Sindicato de Bagé também participou da programação representado pelo presidente Luiz Carlos Cabral Jorge e pelos diretores Nilton Barres Costa, Danilo Eduardo Lima e Eduardo Abs da Cruz Netto Costa.

Deverão compor o grupamento operacional das arrozais os mesmos parceiros atuais das inspeções nos frigoríficos - entre elas a Fundacentro, os Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTS), CREARS, CNTA/Afins, entre outros.

Avaliações

Na avaliação do procurador do MPT e coordenador da força-tarefa no setor de frigoríficos - bovinos, Ricardo Garcia, é necessário mudar o panorama da realidade encontrada nos engenhos. "A situação, por sua gravidade, exige atuação enérgica em todo o setor, com o esforço combinado de todos os órgãos públicos e do movimento sindical para uma intervenção ampla, profunda e eficaz", afirma Garcia.

O DIGA apresentou a necessidade de trabalho em rede, com os diversos órgãos que se dedicam à proteção da saúde dos trabalhadores na indústria do arroz atuando de forma coordenada, produzindo dados estatísticos que possam orientar as ações preventivas e punitivas. As operações da nova força-tarefa ainda não têm datas definidas.

As negociações da campanha salarial para trabalhadores de padarias, engenhos, laticínios e pequenos frigoríficos



Em abril o Sindicato deu início a uma nova luta com a realização de assembleia geral extraordinária para a definição da pauta da campanha salarial para trabalhadores de padarias, engenhos, indústria de laticínios, pequenos frigoríficos e outros. Entre os pedidos estão um reajuste geral de 16% (referente à reposição da inflação mais aumento real), um piso normativo de R\$ 1.300,00.

Outra solicitação é a extensão do auxílio-maternal (caso dos trabalhadores de padarias, engenhos e laticínios) e o auxílio-creche (caso dos pequenos frigoríficos e outros), no valor de 20% do

salário normativo, de 24 meses para 36 meses, além da manutenção das demais cláusulas. Os trabalhadores ainda debateram itens específicos para cada categoria.

A data-base das categorias é 1º de junho. Com a aprovação da pauta de reivindicações por unanimidade pelos presentes, agora a expectativa é pelo primeiro encontro entre os sindicatos. A proposta já foi encaminhada pelo STIA/Bagé ao sindicato patronal, mas até agora não houve retorno. A expectativa é de que em junho as partes cheguem à definição da data do primeiro encontro.

Nos últimos dois anos, as negociações entre o STIA/Bagé e o sindicato patronal foram difíceis. Em 2015, com a participação de sindicatos de trabalhadores da Alimentação de Bagé e de outros municípios, com apoio da CNTA, foram realizadas ações com faixas, cartazes e carro de som em frente às empresas. A época do fechamento do Acordo Coletivo, os trabalhadores de padarias, engenhos, laticínios e pequenos frigoríficos tiveram o mesmo índice de reajuste do Piso Mínimo Regional (16,06%). Para os demais salários, o reajuste representou um aumento real de 5,16%.

Acidentes com trabalhadores no Pampeano Alimentos preocupam Sindicato

Dois acidentes de trabalho ocorridos no começo de junho, no terceiro turno do Pampeano Alimentos, em Hulha Negra, deixaram trabalhadores feridos. O Marfrig Group encaminhou um relatório da situação ao Sindicato. Os problemas ocorreram no início de junho, em dois dias consecutivos, por volta das 3h. Os trabalhadores tiveram parte dos dedos decepados.

O primeiro acidente ocorreu no setor de Lavanderia. Segundo a empresa, uma trabalhadora foi realizar a retirada de roupas da máquina de lavar e, ao tentar abrir a porta de acesso ao tambor do equipamento, teria apertado o botão de posicionamento. Com isso, pressionou o terceiro dedo da mão direita, tendo perda da falange distal (ponta do dedo).

O outro acidente aconteceu no setor misturador. O trabalhador realizava a higienização das linhas de saída do misturador e, ao colocar as mãos no local onde ficam as pás de corte do motor, teria

sofrido lesões. O trabalhador perdeu as falanges distais do segundo, quarto e quinto dedo, além da segunda falange do terceiro dedo.

A empresa informa que está tomando as providências cabíveis em relação às causas imediatas e que está investigando os acidentes. Assim que houver conclusões irá encaminhá-las ao Sindicato. O Pampeano Alimentos informou que está a disposição para prestar esclarecimentos necessários, realizando as providências cabíveis e prestando o apoio aos trabalhadores acidentados. A empresa destaca ainda que realizou reunião extraordinária da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e está dando andamento na coleta de dados e informações para finalizar as investigações.

O presidente do STIA/Bagé, Luiz Carlos Cabral, relata que o Sindicato está monitorando a situação dos trabalhadores e está à disposição para qualquer

providência necessária a ser tomada. O líder sindical reforça a necessidade de adequação a normas que visem à segurança e saúde do trabalhador, estabelecidas pela Norma Regulamentadora 36 – sobre o trabalho em frigoríficos.

Cabral destaca também a necessidade de orientação e capacitação adequada dos trabalhadores na operação de máquinas. “Isso deve ser feito pela empresa. Embora sejam oferecidos equipamentos de proteção individual e dispositivos de segurança, muitas vezes eles são inadequados ou os trabalhadores são novatos e não recebem a qualificação necessária para a operação desses equipamentos”, ressalta o presidente. “Esperamos que realmente a empresa tome as providências necessárias e que a culpa não seja repassada aos trabalhadores porque com certeza eles não querem ter mutilações que vão acompanhá-los por toda a vida”, complementa Cabral.

Atenção associado

Em caso de afastamento pela previdência social, o associado do Sindicato deve continuar pagando a mensalidade normalmente na tesouraria da entidade para ter acesso aos atendimentos médico e odontológico e poder usufruir dos convênios que o sindicato disponibiliza com especialistas e clínicas – onde o trabalhador pode ter descontos de até 50% em consultas e exames.

O sindicato faz o alerta porque muitos trabalhadores afastados não tem realizado o pagamento – o que é fundamental para terem direito a utilizar a estrutura disponível.

Assistências na sede do Sindicato e Subsede Hulha

Atendimento Médico

Dr. Ronaldo Carvalho, clínico geral: De segunda à sexta-feira, a partir das 13h30min. As fichas são distribuídas a partir das 9h.

Dr. Carlos José Jeismann, pediatra: Segunda, terça, quinta e sexta-feira, a partir das 8h15min. As fichas começam a ser distribuídas às 8h. Nas quartas-feiras, o atendimento será na sub sede de Hulha Negra, a partir das 8h.

Atendimento Odontológico

Dr. Ricardo da S. Costa – De segunda à sexta-feira, a partir das 9h. Se houver agendamento, nas quintas-feiras pela manhã o atendimento é na subsede.

Drª Simone Garcia - De segunda à sexta-feira, a partir das 13h30min.

As consultas para dentistas são agendadas todas as segundas-feiras, a partir das 8h e o atendimento no dia marcado é pela ordem de chegada.

OBS: O atendimento Médico e Odontológico é para os associados e seus dependentes.

Assessoria Jurídica

Na área **trabalhista**, está sob a responsabilidade do advogado Dr. Álvaro Pimenta Meira, com escritório no Edifício Carlos Brasil – Rua Bento Gonçalves, 285, 5º andar - Sala 505. Fone: (53) 3242-1500.

Na área **previdenciária**, o atendimento é feito pelo advogado Dr. Luis Mariano Niederauer, com escritório na Avenida Barão do Triunfo, 1389. Fone: (53) 3242-1170.

Convênios

A diretoria do Sindicato, com a intenção de propiciar um melhor atendimento aos associados e seus dependentes, informa que há vários convênios com médicos especialistas, fisioterapeutas, psicólogos e diferentes profissionais da área da saúde. Tudo para que o trabalhador e sua família possam ter uma maior abrangência na cobertura de atendimentos.

O Sindicato também tem convênios com laboratórios e clínicas para realização de diferentes exames. São oferecidos descontos que variam de acordo com a complexidade dos exames. O associado pode obter mais informações diretamente na recepção da sede do sindicato em Bagé e na subsede de Hulha Negra.

• TELEFONES ÚTEIS •

SAMU - 192 | Pronto Socorro/Santa Casa - 3242-7022 | Hospital Universitário - 3242-7433

DAEB (plantão) - 115 | PAM I - 3240-6608 | Bombeiros - 193 / 3242-5270 | Brigada Militar - 190 / 3242-8777 | Delegacia da Mulher - 180

Fórum - 3242.9577 | Delegacia de Pronto Atendimento da Polícia Civil - 3242-9000 | 1ª Delegacia de Polícia Civil - 3241-3709

2ª e 3ª Delegacia de Polícia Civil - 3242-8470 | Conselho Tutelar - 3242-3124/9971-5494 | Polícia Federal - 3242-9699 | Rodoviária - 3242-9090

Radio Difusora - 3242.6471 / 3242-5211 | Rádio Cultura - 3242-1211 / 3242-1471 | Rádio Clube - 3242-3061

A batalha para chegar ao acordo coletivo com o Marfrig Group

Desde as assembleias realizadas ainda no final de 2015 para estabelecer a pauta de reivindicações da campanha salarial 2016 para os trabalhadores do Marfrig Group em Bagé e Hulha Negra, o Sindicato sabia das dificuldades que iria enfrentar. Como de praxe, nas primeiras reuniões de negociação – que envolveram ainda a CNTA e os sindicatos de Alegrete, São Gabriel e Pelotas – poucos avanços. E o trabalhador no aguardo de uma proposta que valorizasse o esforço para elevar a produção da empresa. Mas, de concreto, pouca coisa evoluiu graças à intransigência

do Marfrig.

Em março iniciaram efetivamente as negociações. Os primeiros encontros foram na Sala de Apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) – Sul. Os sindicalistas defenderam avanços em itens como a melhoria salarial dos trabalhadores e das condições dentro do ambiente de trabalho, tendo como base o levantamento realizado pela força-tarefa do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho em 2015 tanto no Marfrig/Bagé quanto no

Pampeano Alimentos.

Entretanto, os representantes da empresa, alegando que a crise econômica deixa o mercado instável, ofereceram um reajuste salarial de 9,6% para quem recebe o piso da categoria - o mesmo índice do piso mínimo regional. Para os demais trabalhadores, fora do piso, a proposta era ainda menor - 8,81%. A iniciativa do Marfrig desagradou os sindicatos, já que a inflação no período ficou em 11,31%. Além disso, o Marfrig Group propunha o retorno da cobrança do vale-transporte ao trabalhador, alteração na forma de

compensação dos minutos de troca de uniforme, entre outras.

O argumento apresentado foi rebatido pelos sindicalistas. O presidente do STIA/Bagé, Luiz Carlos Cabral, destacou que no setor frigorífico a maior parte da produção é destinada ao Exterior, com valorização da carne em dólar. "Um dos poucos setores que não sente a crise é o setor de alimentos. Pelo contrário, a cada dia que vamos aos supermercados os preços estão mais elevados até porque as pessoas precisam consumir", ressaltou Cabral.

A paralisação em Bagé



Lideranças sindicais falaram aos trabalhadores sobre a falta de avanço nas negociações com Marfrig

Na madrugada do dia 31 de março, o Sindicato promoveu uma assembleia no portão de acesso à unidade do Marfrig em Bagé. O objetivo foi debater junto aos trabalhadores a proposta encaminhada pela empresa nas reuniões de negociação para o Acordo em Convenção Coletiva de Trabalho. Mais de 600 trabalhadores participaram da mobilização.

Os trabalhadores rejeitaram por unanimidade a proposta da empresa e apresentaram uma contraproposta: um reajuste salarial de 11,31% de forma linear - atingindo a todos os empregados do Marfrig - e o cartão alimentação no valor de R\$ 200,00. Os trabalhadores também decidiram por entrar em estado de greve – continuaram trabalhando normalmente, mas poderiam decidir por uma paralisação a qualquer momento.

O encontro derradeiro

No dia 5 de abril houve a última tentativa de negociação na Sala de Apoio da CNTA-Sul em Porto Alegre. A proposta da empresa decepcionou os representantes sindicais: um reajuste linear de 9,60% e, no caso do Marfrig/Bagé, a reposição da inflação do período para o cartão-alimentação. O

valor não chegaria a R\$ 180,00

Sem acordo, as lideranças sindicais foram surpreendidas com o ajuizamento de Dissídio de Greve junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, por parte do Marfrig Group, solicitando que o Sindicato impedisse os trabalhadores de realizar novas paralisações, tendo em vista a falta de avanço nas negociações do Acordo em Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato apresentou defesa de que não havia greve e sim a mobilização dos trabalhadores em função de diversos problemas de ergonomia, apontados pela força-tarefa do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Previdência Social, realizada em 2015, além da falta de avanço nas negociações.

Uma preocupação dos trabalhadores do Marfrig/Bagé também foi levada ao TRT. Era a possibilidade de perda do dia não trabalhado na data da realização da assembleia que rejeitou a proposta do Marfrig por unanimidade - o que influencia também no cartão-alimentação recebido. O presidente do STIA/Bagé, Luiz Carlos Cabral, enfatizou que os trabalhadores foram informados no dia da assembleia de que

o dia da paralisação seria discutido na mesa de negociação. "Vamos lutar para que os trabalhadores não tenham nenhum prejuízo tanto do dia da

assembleia como do cartão-alimentação. A participação na assembleia é um direito do trabalhador", assinalou Cabral.



Sindicatos mobilizados na reunião com representantes do Marfrig em Porto Alegre



Após três reuniões de negociação, proposta do Marfrig não agradou sindicalistas

A mediação do TRT para efetivar o acordo

Em audiência conciliatória realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre, os sindicatos de trabalhadores nas indústrias de alimentação de Alegrete, Bagé, São Gabriel e Pelotas e Marfrig Group ficaram frente a frente mais uma vez. O desembargador João Pedro Silvestrin, vice-presidente do TRT, em comum acordo com a representante do Ministério Público do Trabalho, Beatriz de Holleben Junqueira Fialho, mediu uma proposta de um reajuste linear de 10% para

todos os trabalhadores e um cartão-alimentação no valor de R\$ 195,00 – principais itens que estavam emperrando as negociações. O aumento no cartão-alimentação foi superior a 20%, já que os trabalhadores recebiam R\$ 161,75.

Após algum tempo de avaliação, ambas as partes aceitaram os termos. A homologação foi realizada pelo TRT em maio. Pelo documento firmado, o Marfrig ficou de pagar na folha de maio as diferenças referentes ao acordo coletivo

retroativas aos meses de fevereiro, março e abril. No caso do Marfrig/Bagé também serão pagas, além das diferenças salariais, as diferenças referentes ao valor do cartão-alimentação, bem como o dia da assembleia mais o domingo (DSR).

"Essa situação demorou mais que o esperado porque precisávamos da homologação por parte do Tribunal (TRT) devido a se tratar de um acordo de conciliação", frisa o presidente do STIA/Bagé, Luiz Carlos Cabral.

Em relação ao dia não trabalhado (31 de março), quando foi realizada a assembleia que rejeitou a proposta inicial da empresa, os trabalhadores do Marfrig/Bagé vão compensar nos minutos de preparo - que servem para vestir o uniforme e registrar o ponto. A mesma situação vale para o cartão-alimentação, evitando que os trabalhadores tenham qualquer tipo de prejuízo no que se refere ao cartão-alimentação e ao descanso semanal remunerado.

Editorial



Os reflexos da crise política na vida do trabalhador

Muita coisa mudou na vida dos brasileiros desde a última edição de O Penetra, no mês de março. As negociações com o Marfrig Group para viabilizar o acordo coletivo mobilizaram o sindicato e trabalhadores a pressionar a empresa buscando um reajuste salarial em condições de atender às mínimas necessidades dos empregados. Neste momento o Sindicato inicia negociações para os trabalhadores de padarias, engenhos, laticínios, pequenos frigoríficos e outros, cuja data-base é 1º de junho. Uma jornada com muitas batalhas. Mas a situação do país também nos interessa muito.

É provável que muitos trabalhadores não estejam atentos ao desenrolar dos fatos políticos em Brasília. A troca de comando do país – saída de Dilma Rousseff e ingresso de Michel Temer, no processo de impeachment – traz preocupação a toda classe trabalhadora. O novo governo que inicia quer promover mudanças na economia. E nesse contexto não há sequer uma proposta que não afete diretamente a vida dos trabalhadores.

O Sindicato acompanha toda a mobilização na capital federal. Trazemos nesta edição uma matéria para que o trabalhador fique “ligado” nas propostas de flexibilização na Consolidação das Leis do Trabalho e na Previdência Social. Da mesma forma que é obrigação do Sindicato informar a seu associado o que acontece e tem influência direta em nossas vidas, cabe ao trabalhador buscar conhecer melhor o que está acontecendo. Tudo isso gera debate e mobilização. Depois, não vai adiantar reclamar. É preciso conhecer o contexto e definir posições. Fica o sinal de alerta aos trabalhadores para que se atenham às propostas, participem de discussões e mobilizações propostas pelo sindicato. A vida de TODOS será afetada se as propostas governamentais prosperarem.

Estamos atentos também por outro motivo. As empresas conhecem toda a movimentação política. E utilizam isso como mecanismo de evitar condições melhores aos trabalhadores, sob a justificativa de “instabilidade do mercado financeiro” e “prejuízos à produção”. Cabe a nós, sindicato e trabalhadores, mostrarmos que direitos adquiridos ao longo dos últimos anos com muita luta e sacrifício, não podem ser alterados. E para isso o conhecimento torna-se uma arma fundamental para evitar desculpas. Queremos mudanças para melhor. Mas jamais às custas do trabalhador.

Luiz Carlos Cabral Jorge

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Bagé e Região

Fique atento às propostas de flexibilização da CLT e mudanças na Previdência

Com pouco tempo no comando da Presidência da República, Michel Temer tem se movimentado sobpretexto de resolver os problemas econômicos do país. Nesse contexto, é relevante apontar duas propostas que possuem intervenção direta na situação dos trabalhadores: a reforma da Previdência e a flexibilização nas leis trabalhistas. Vale a pena o trabalhador prestar atenção nos detalhes escondidos sob a justificativa do governo.

Previdência

Nas últimas semanas, a equipe econômica do governo federal, liderada pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, começou a discutir a reforma da Previdência Social. De acordo com o jornal Estado de São Paulo, a principal proposta seria estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria de aproximadamente 65 anos para homens e 63 para mulheres. A regra já se aplicaria para os trabalhadores na ativa, sendo que aqueles mais próximos de se aposentar se submeteriam a um regime de transição entre o sistema atual, no qual é possível ter acesso à aposentadoria com pouco mais de 50 anos, e o novo sistema.

Outra pauta relevante da

reforma previdenciária seria a extinção da vinculação da aposentadoria ao salário mínimo. Na visão de alguns economistas isso teria gerado um aumento desproporcional nos gastos da Previdência, já que o valor das aposentadorias teve correção acima da inflação desde 2012.

Caso o projeto da idade mínima não tenha boa aceitação, a alternativa estudada pela equipe econômica, de acordo com informações do Estadão, seria próxima à já existente 85/95 – cujos valores, correspondentes à soma do tempo de contribuição e idade do contribuinte, subiriam para 90, no caso das mulheres, e 100, no caso dos homens.

CLT

O governo quer a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) com o intuito de promover um cenário de estímulo ao investimento do empresariado. Por meio de acordos coletivos, patrões e empregados poderiam negociar mudanças no modo como pagamentos e benefícios se processam. O governo frisa que nenhuma das garantias do trabalhador seriam perdidas, já que elas são asseguradas pela Constituição, mas poderiam ser flexibilizadas.

Assim, permaneceriam 13º, férias, FGTS, etc., mas com a

possibilidade de serem negociados entre as partes. Ficariam fora da flexibilização somente aqueles pontos relativos à saúde e à segurança do trabalhador.

Outro ponto polêmico é a questão da terceirização, que também estaria no pacote da reforma trabalhista. A ideia seria concluir a votação na Câmara dos Deputados do projeto que prevê a possibilidade de empresas contratarem trabalhadores terceirizados para realizar atividades-fim. A aprovação do projeto seria importante para que empresas possam ter custos e riscos reduzidos, já que costumam haver muitos problemas judiciais envolvendo questões trabalhistas.

Articulação

O projeto de reforma trabalhista vem sendo discutido pelo atual ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o ministro Ives Gandra Filho. Além disso, o deputado federal do Rio de Janeiro Julio Lopes já apresentou uma proposta de flexibilização, semelhante à pretendida pelo governo, que está sob avaliação da Comissão do Trabalho da Câmara. Até o momento, as centrais sindicais têm se mostrado contrárias a qualquer proposta de flexibilização.

Obra da nova subsede do Sindicato está avançada

Gera expectativa na comunidade de Hulha Negra a conclusão da obra de construção da nova subsede do Sindicato. A cada dia que passa o prédio ganha forma na Rua Laudelino da Costa Medeiros, 1279, na área central do município (foto). A intenção da diretoria do Sindicato é entregar aos trabalhadores associados a primeira etapa da ação – que consiste na construção de uma sala de espera, consultórios médico e odontológico, sala de reuniões, além de cozinha e banheiros – dentro do primeiro semestre de 2017.

“São recursos próprios do Sindicato, não temos verba de nenhum governo. Isso demonstra a seriedade com que administramos os recursos do sindicato, porque queremos proporcionar melhoria dos serviços que prestamos e qualidade no atendimento”, destaca o presidente Luiz Carlos Cabral.

Em uma segunda etapa será erguido um salão de eventos, depósito e outras dependências para proporcionar conforto no atendimento aos associados. Quando toda a obra for finalizada, a área de edificação será de aproximadamente 700 metros quadrados.

Enquanto o novo local não fica pronto, o sindicato segue com suas

atividades na subsede provisória, localizada na Avenida Getúlio Vargas. Os trabalhadores têm à disposição atendimentos médico e odontológico, além das informações necessárias ao conhecimento do associado. “Estamos

avanzando na obra da nossa subsede própria, procurando atender às necessidades do trabalhador, visando melhorar a qualidade de nosso atendimento”, salienta o presidente do Sindicato, Luiz Carlos Cabral.



EXPEDIENTE

O Penetra é uma publicação trimestral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Bagé, com base em Aceguá, Candiota e Hulha Negra. Fundado em 24 de junho de 1934.

Presidente: Luiz Carlos Cabral Jorge

Rua Melanié Granier, 157, Centro, Bagé-RS.

Fone/fax: (53) – 3242-3778

E-mail: stia@brturbo.com.br

Site: www.stiavage.blogspot.com

Jornalista responsável e redator: Emanuel Müller (MTE-9810)

Projeto Gráfico: Rogério Matos - rogeriomatos@gmail.com

Impresso na gráfica O Pioneiro, em Caxias do Sul